

ANEXO 2

APRESENTAÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE COBRANÇA

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - PRINCÍPIOS GERAIS

- 1.1. O presente Anexo, em conformidade com a legislação aplicável e da "Cláusula Sexta – Preços e Condições de Pagamento" do Contrato, tem por objetivo definir os processos e procedimentos para a Apuração e Apresentação do Documento de Declaração de Tráfego e de Prestação de Serviços (DETRAF), Emissão e Apresentação de Notas Fiscais de Serviço de Telecomunicações - Abertura de Processo de Contestação de Tráfego e Liquidação Financeira entre as Partes.
- 1.2. Os procedimentos para apropriação da remuneração de redes, apresentação e conciliação do DETRAF, adotados entre as Partes, quando não expressos nesse Anexo, deverão seguir os critérios definidos pelo Grupo Técnico de DETRAF, composto por representantes das Prestadoras fixas e móveis participantes, descritos no Documento de Padronização de DETRAF, versão 2.03 de 19/03/2003 e suas atualizações, elaboradas por esse grupo.
- 1.3. As alterações e atualizações feitas no Documento de Padronização de DETRAF serão adotadas de forma automática sobre os procedimentos explicitados no presente Anexo, observando-se os prazos definidos, independentemente de aditivo ao presente Contrato, desde que aprovadas em consenso pelo Grupo Técnico de DETRAF e pelo Grupo Executivo de DETRAF.
- 1.4. Integram o presente Anexo os Apêndices:
 - Apêndice A – Leiaute do Arquivo de DETRAF
 - Apêndice B – Leiaute do Arquivo de Contestação
 - Apêndice C – Leiaute do Arquivo de Encontro de Contas
 - Apêndice D – Leiaute do Arquivo de CDR para Conciliação do DETRAF
 - Apêndice E – Leiaute da Tabela de Correlação dos Pontos de Interconexão
- 1.5. O valor aplicado para a remuneração pelo uso da rede da Entidade Credora será sempre o valor vigente na data da realização da chamada, independente da data de apresentação do respectivo DETRAF.
- 1.6. A remuneração pelo uso da rede das Partes não será exigível quando, por disposição regulamentar, a chamada não for passível de faturamento ou de inclusão em documento de cobrança.
- 1.7. Para as chamadas diretas em que o número do assinante originador (Número de A) for enviado erradamente ou em branco, fica sob responsabilidade da operadora que entregou a chamada, a remuneração das respectivas redes envolvidas.
- 1.8. As Partes acordam que, sobre os valores devidos em função do presente Contrato, não será admitida qualquer retenção ou compensação de valores oriundos de outros acordos ou relacionamentos, firmados ou não entre as Partes, ainda que líquidos, certos exigíveis, sem anuência prévia das Partes.
- 1.9. Caberá a cada Parte a responsabilidade de emitir e apresentar à outra Parte o DETRAF relativo às chamadas em que for considerada Entidade Credora.
- 1.10. A Parte Credora será responsável pela aplicação e pelo recolhimento de todos os tributos e encargos incidentes e relativos ao objeto do presente Contrato, segundo a legislação vigente e da sua competência.

- 1.11. A Parte responsável pelo encaminhamento de chamadas para rede da outra Parte, não previstas neste Contrato, estará sujeito ao pagamento das remunerações de rede das Prestadoras envolvidas, e demais custos decorrentes, bem como não fará jus ao recebimento da remuneração de sua rede, que eventualmente lhe fosse devida.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – CÁLCULO E APURAÇÃO DE VALORES PARA EMISSÃO DO DETRAF

- 2.1. A TIM pagará à OPERADORA pelo uso da rede desta, mensalmente, até a data de vencimento do DETRAF, relativamente ao período de referência:
- 2.1.1. O valor da TU-RL da OPERADORA, multiplicado pela quantidade de minutos tarifados, apropriados por décimos de minuto, correspondentes às chamadas normais originadas na rede da TIM e terminadas na rede da OPERADORA, e chamadas a cobrar originadas na rede da OPERADORA e terminadas na rede da TIM.
- 2.2. A OPERADORA pagará à TIM pelo uso da rede desta, mensalmente, até a data de vencimento do DETRAF, relativamente ao período de referência:
- 2.2.1. O VU-M da TIM, multiplicado pela quantidade de minutos tarifados, apropriados por décimos de minuto, correspondentes às chamadas normais originadas na rede da OPERADORA e terminadas na rede da TIM, e chamadas a cobrar originadas na rede da TIM e terminadas na rede da OPERADORA
- 2.3. O período de referência do DETRAF será o mês calendário, isto é, compreenderá as chamadas efetivamente realizadas do primeiro ao último dia do mês, inclusive.
- 2.3.1. Incluem-se no período de referência do DETRAF as chamadas iniciadas no último dia do mês e terminadas no mês subsequente.
- 2.3.2. Caso existam chamadas realizadas em meses anteriores ao período de referência do DETRAF, as mesmas deverão ser demonstradas com a identificação do mês em que o tráfego foi realizado, respeitando-se o prazo de apresentação de chamadas constante do item 2.4.
- 2.4. Somente poderão ser incluídas no DETRAF as chamadas realizadas nos 3 (três) períodos de tráfego consecutivos que correspondem: (i) ao período de referência do DETRAF apresentado e, (ii) aos 2 (dois) meses imediatamente anteriores.
- 2.4.1. As Partes manterão em arquivo, sob sua responsabilidade, todos os registros de detalhes de cobrança em atendimento as exigências legais, normativas ou regulamentares.
- 2.5. Critérios utilizados para cálculo:
- 2.5.1. A tarifação das chamadas do STFC/SMP deve obedecer aos seguintes tempos limites:
- 2.5.1.1. Unidade de tempo de tarifação: 6 (seis) segundos;
- 2.5.1.2. Tempo de tarifação mínima: 30 (trinta) segundos;
- 2.5.1.3. Chamadas faturáveis: somente são faturáveis chamadas com duração superior a 3 (três) segundos, observado o disposto no item 2.5.1.5;
- 2.5.1.4. No caso de chamadas encaminhadas ao correio de voz somente são faturadas as chamadas com duração superior a 30 (trinta) segundos, contadas a partir do término da mensagem característica do correio de voz;
- 2.5.1.5. Chamadas sucessivas com duração inferior a 30 (trinta) segundos, efetuadas entre os mesmos acessos de origem e de destino, e quando o intervalo entre o final de uma ligação e o início da seguinte for inferior a 120 (cento e vinte) segundos são tarifadas como uma única ligação, cuja duração é igual ao somatório das durações das chamadas sucessivas ou igual ao tempo de tarifação mínima.

- 2.5.2. A tarifação das chamadas tem como referência a hora vigente na localidade de origem da chamada, exceto para as chamadas a cobrar nas quais é considerada a hora vigente na localidade de destino.
- 2.5.3. As chamadas que se estendem além de um horário devem ser tarifadas em função do tempo utilizado em cada um dos horários, observados os respectivos valores de remuneração, nos casos em que é aplicável o redutor de 30% (modulação horária), e a duração total da chamada.
- 2.5.3.1. Somente serão segmentadas as chamadas cuja duração seja superior a 30 (trinta) segundos.
- 2.5.4. Para fins de remuneração, a duração da chamada é expressa em horas, minutos e segundos, no formato hh:mm:ss, e em valores múltiplos da unidade de tempo de tarifação, adotando-se o arredondamento para cima da duração real da chamada.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - PROCEDIMENTOS PARA APRESENTAÇÃO DO DETRAF

- 3.1. O DETRAF emitido e apresentado pela Entidade Credora, cujo objetivo é a cobrança de valores de remuneração de rede, será denominado simplesmente DETRAF.
- 3.2. O DETRAF emitido e apresentado Pela Entidade Devedora, cujo objetivo é servir de parâmetro quanto a remuneração de rede devida apresentada no DETRAF correspondente, será denominado DETRAF Expectativa.
- 3.3. A periodicidade de apresentação do DETRAF é mensal, não sendo permitida a acumulação de DETRAF de períodos de referência anteriores ao DETRAF de determinado mês.
- 3.4. A apresentação do DETRAF será realizada por meio de mídia eletrônica (arquivo) pela Entidade Credora à Entidade Devedora, mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao período de referência. A mídia eletrônica deverá atender ao modelo definido pelo Grupo de DETRAF, conforme leiaute do Apêndice A, deste Anexo.
- 3.5. Caso uma Parte não cumpra o estabelecido no item 3.4 acima, o seu DETRAF não será considerado e a mesma não terá o direito de reapresentá-lo em qualquer outro mês; nessa condição, somente o DETRAF da outra Parte será considerado.
- 3.6. Caso uma Parte não apresente o DETRAF em determinado mês, no prazo definido no item 3.4, esta ficará obrigada a pagar integralmente os valores incontestes apresentados no DETRAF da outra Parte, do mês correspondente, o que será feito mediante a apresentação de NFST pela Parte Credora.
- 3.7. Para os fins deste Anexo, serão consideradas como apresentadas, notificadas e registradas as comunicações que se utilizarem de qualquer um dos meios eletrônicos ou de serviços de postagem, descritos a seguir:
- 3.7.1. E-mails, desde que claramente identificada a sua origem/destino e estejam assinados eletronicamente por pessoa de nível de competência definido entre as Partes.
- 3.7.2. Fax: as notificações enviadas por fax devem ser consideradas recebidas quando a Parte que as enviar dispôr do comprovante de transmissão emitido pelo aparelho, indicando que a transmissão de todas as páginas foi feita para o número de fax do destinatário, em dia útil e em horário comercial.
- 3.7.3. Cartas, desde que registradas.
- 3.7.4. Cada Parte deverá informar à outra:
- Os nomes das pessoas responsáveis pelo DETRAF;
 - Endereço para correspondências/notificações e o endereço eletrônico (e-mail);
 - Números de telefone e de fax.
- 3.8. A Entidade Credora apresentará o DETRAF à Entidade Devedora, com abertura por EOT contendo:
- Quantidade total de chamadas;

- Minutos tarifados apropriados por décimos de minuto;
- Valores de tarifa de uso;
- Valores líquido e bruto de remuneração, e
- Tributos incidentes.

3.9. Formato de apresentação do DETRAF:

- 3.9.1.** O DETRAF será apresentado na forma de relatórios e também de arquivos conforme o leiaute apresentado no Apêndice A deste Anexo.
- 3.9.2.** Caso o DETRAF inclua chamadas de meses anteriores, as mesmas deverão ser demonstradas por mês de tráfego (dentro do mesmo DETRAF).
- 3.9.3.** Será considerado no DETRAF todo o tráfego inter-redes das Partes, e será emitido 1 (um) DETRAF referente a cada Filial/Operadora indicada pelas Partes.
- 3.9.4.** Para fins de comparação dos DETRAF, as Partes deverão usar as informações constantes do Apêndice E deste Anexo, que trata da correlação dos respectivos POI /PPI entre as Partes.
- 3.9.5.** O arquivo de DETRAF terá o seguinte nível de detalhamento hierárquico:
- 3.9.5.1.** Prestadoras Credora e Devedora;
 - 3.9.5.2.** Período de referência do DETRAF;
 - 3.9.5.3.** Período de tráfego das chamadas;
 - 3.9.5.4.** POI ou PPI;
 - 3.9.5.5.** Descritor de serviço conforme definido no grupo de DETRAF, constante no Apêndice A deste documento.
- 3.9.6.** Cada nível de detalhamento hierárquico deverá conter as seguintes informações:
- 3.9.6.1.** Quantidade de chamadas;
 - 3.9.6.2.** Quantidade de minutos tarifados;
 - 3.9.6.3.** Tarifa de remuneração aplicável;
 - 3.9.6.4.** Valor Líquido;
 - 3.9.6.5.** PIS /COFINS
 - 3.9.6.6.** ICMS;
 - 3.9.6.7.** Valor Total.

4. CLÁUSULA QUARTA – EMISSÃO DE NOTA FISCAL DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES (NFST).

- 4.1.** A NFST será emitida pela Entidade Credora, tendo como base o DETRAF, nos termos da Cláusula Terceira.
- 4.1.1.** As Partes deverão atender ao CONVÊNIO ICMS 126/98, Cláusula Décima § 2º artigo IV, alterada pelo CONVÊNIO ICMS 117/2008, de 26 de setembro de 2008, fazendo “indicação, no corpo da nota fiscal, do número do contrato ou do relatório de tráfego ou de identificação específica do meio de rede que comprove a natureza dos serviços e sua finalidade”. As Partes acordam que indicação exigida na NFST será feita com o número do Contrato respectivo, informado pelas Partes.
- 4.1.2.** Para efeito de atendimento ao CONVÊNIO ICMS 126/98, Cláusula Décima § 2º artigo II, alterada pelo CONVÊNIO ICMS 117/2008, de 26 de setembro de 2008, cada Parte deverá emitir à outra uma “Declaração expressa do tomador do serviço confirmando o uso como meio de rede”.

- 4.1.3. Caso as Partes não atendam aos procedimentos previstos nos itens 4.1.1 e 4.1.2, a NFST será emitida considerando a tributação de ICMS.
- 4.2. A NFST deve ser enviada à Entidade Devedora, por correio ou mídia eletrônica (formato de imagem, tipo PDF.), em até 5 (cinco) dias úteis antes da data de vencimento do referido DETRAF.
- 4.2.1. Caso a NFST não seja entregue no prazo acima, a Entidade Devedora deverá adotar o disposto no item 8.3 deste Anexo.
- 4.2.2. As Partes manterão em arquivo, sob sua responsabilidade, todos os registros de detalhes de cobrança em atendimento as exigências legais, normativas ou regulamentares.

| 5. CLÁUSULA QUINTA - CONTESTAÇÃO DOS VALORES REFERENTES AO DETRAF

- 5.1. As Partes poderão contestar os dados apresentados no DETRAF no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados a partir da data da sua apresentação, obedecendo aos seguintes requisitos:
- 5.1.1. Todas as contestações de erro de cálculo e de cenários indevidos deverão ser apuradas, assim como as contestações envolvendo importâncias cujas divergências ultrapassem 1% (um por cento), para um mesmo período de tráfego, da importância apresentada no DETRAF para o DETRAF Expectativa.
- 5.1.2. Por cenários indevidos entende-se toda e qualquer contestação realizada pela Parte Credora em razão de alguma desconformidade com os termos deste Contrato, incluindo, mas não limitando-se a: (i) tarifas desconhecidas; (ii) serviços não acordados; (iii) relacionamentos divergentes; ou (iv) quaisquer outros problemas técnicos de DETRAF.
- 5.1.3. Poderão ser apresentadas contestações por erro de cálculo independentemente de valor.
- 5.2. Para inclusão no processo de liquidação financeira, somente serão aceitas as contestações que forem apresentadas em até 5 (cinco) dias úteis do recebimento do DETRAF.
- 5.2.1. A Parte Devedora só poderá deixar de pagar, a título de parcela controversa, até o limite do percentual de invalidação verificado na média dos 2 (dois) últimos processos de conciliação de tráfego, ou do último processo de conciliação, caso só tenha havido um, respeitando o disposto no item 5.2.;
- 5.2.2. Caso haja uma variação percentual superior a 10% (dez por cento) do DETRAF apresentado, pela Parte Credora, em relação ao DETRAF apresentado no período anterior, a Parte Devedora poderá aumentar o limite de retenção financeira ao exposto na Cláusula 5.2.1, acima, proporcionalmente ao que exceder os 10% (dez por cento).
- 5.3. Se a apresentação da contestação do DETRAF for feita após o prazo definido no item 5.2. a Entidade Devedora deverá efetuar o pagamento dos valores contestados.
- 5.4. A apresentação das Contestações de Tráfego deverá ser realizada da seguinte forma:
- 5.4.1. A Parte que proceder a Contestação de Tráfego deverá notificar a outra Parte quaisquer questionamentos referentes aos valores apresentados nos Documentos de Cobrança do DETRAF.
- 5.4.2. A notificação deverá ser encaminhada à Parte Contestada, por meio de correio e mídia eletrônica e deverá conter o objeto, o período de contestação, o DETRAF do período e o valor contestado.

5.4.3. Adicionalmente ao disposto no item 5.4.2 acima, a Parte que proceder a Contestação de Tráfego deverá apresentar em um prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados a partir da formalização da apresentação da contestação:

5.4.3.1. Mídia eletrônica, conforme leiaute do Apêndice B, contendo o DETRAF Expectativa;

5.4.3.2. Relatório, conforme leiaute do Apêndice D, discriminando a quantidade de chamadas e minutos, por dia, referentes às rotas de interconexão associadas aos seus respectivos POL's ou PPI's, que justifique tais contestações.

6. CLÁUSULA SEXTA – BATIMENTO DE CONTESTAÇÃO DOS VALORES REFERENTES AO DETRAF

6.1. Condições Gerais

6.1.1. Caso quaisquer dos prazos descritos na Cláusula Quinta sejam ultrapassados por culpa ou omissão da Parte Contestadora do DETRAF, a contestação será considerada improcedente devendo o valor contestado ser pago adicionando-se multa, juros e atualização monetária, conforme disposto na Cláusula Décima Primeira do Contrato.

6.1.2. Recebida a Contestação de Tráfego, as Partes deverão, tempestivamente, acertar os procedimentos a serem adotados, visando à superação das divergências, privilegiando a utilização de métodos e recursos que reúnam simplicidade e eficácia para a apuração do que for controverso.

6.1.2.1. Na ausência de acordo, ou ainda quando a adoção de métodos simplificados não se revelarem efetivos para a eliminação das divergências, no prazo de 30 (trinta) dias da data de formalização da contestação do DETRAF, a Entidade Credora deverá encaminhar à Entidade Devedora, em até 5 (cinco) dias úteis, mídia eletrônica (CD ou DVD), em formato TXT e em conformidade com o apêndice D desse Anexo, com os registros das chamadas (CDRs) utilizados na composição do DETRAF apresentado.

6.1.2.2. As Partes deverão iniciar o processo de Batimento de Tráfego, adotando-se os critérios definidos no Grupo de DETRAF ou outra forma previamente acordada entre as Partes.

6.1.3. O prazo para conclusão do processo de Batimento de Tráfego é de até 90 (noventa) dias contados da data da formalização da Contestação do DETRAF.

6.1.3.1. Entende-se por conclusão do batimento a apuração da procedência da contestação e a liquidação financeira por uma das Partes.

6.1.3.2. Caso a Parte Devedora não finalize o processo de conciliação dentro do prazo supra citado, devido a atrasos sob sua responsabilidade ou sua não manifestação, essa deverá devolver integralmente à Parte Credora os valores que não foram pagos no processo de contestação, acrescidos de multa, juros e atualização monetária, conforme Cláusula 11 do Contrato.

6.1.4. Dirimida a controvérsia objeto da contestação e verificado que o valor pago pela Entidade Devedora é:

6.1.4.1. maior que o valor apurado na contestação: A diferença entre esses valores deverá ser devolvida pela Entidade Credora à outra Parte, respeitando-se o disposto na Cláusula 5.3, acrescido de multa, juros e correção monetária conforme previsto na Cláusula 11 do CONTRATO

6.1.4.2. menor que o valor apurado na contestação: A diferença entre esses valores deverá ser paga pela Entidade Devedora à outra Parte, respeitando-se o disposto na Cláusula 5.3, acrescido de multa, juros e correção monetária conforme previsto na Cláusula 11 do CONTRATO

- 6.1.4.3. igual ao valor apurado na contestação, nada mais será devido pela Parte Devedora em relação ao valor cobrado no DETRAF/ período de tráfego objeto da contestação.
- 6.1.4.3.1. A Parte Credora procederá aos acertos fiscais que se fizerem necessários, decorrentes do encerramento da contestação.
- 6.1.4.4. A Entidade Devedora deverá realizar o pagamento em até o 5 (cinco) dias úteis do encerramento do processo de conciliação de tráfego.
- 6.1.4.5. Na falta de liquidação financeira no prazo indicado no item 6.1.4.4. acima, a Entidade Credora poderá adotar as medidas administrativas ou judiciais cabíveis.
- 6.1.5. A existência de processos de contestação em andamento não concorrerá para a suspensão ou limitação dos pagamentos de DETRAF dos períodos subsequentes.
- 6.1.6. Caso a controvérsia não seja resolvida a contento no prazo indicado no item 6.1.3 acima, as Partes poderão adotar as medidas administrativas ou judiciais cabíveis.
- 6.1.7. As Partes acordam que, após concluído o processo de batimento de tráfego, serão adotadas as seguintes ações, visando ao aperfeiçoamento dos respectivos sistemas internos e a evitar a reincidência de eventuais erros de ambas as Partes:
- 6.1.7.1. Implementação de plano de ação, contendo prazos e responsabilidades, para solução das incorreções verificadas no batimento de tráfego.
- 6.1.7.2. Ajuste no processo de Contestação de Tráfego adequando seus limites de percentuais e valores compatíveis com o último batimento de tráfego realizado.
- 6.1.8. A Parte Contestada fica autorizada a utilizar os arquivos recebidos para faturamento de seus assinantes, caso seja comprovado algum problema de falta de bilhetagem de sua responsabilidade.

| 7. CLÁUSULA SÉTIMA - PAGAMENTO E DOCUMENTOS DE COBRANÇA

- 7.1. A data de vencimento do DETRAF é o 25º (vigésimo quinto) dia de cada mês.
- 7.1.1. Caso a data de vencimento não seja dia útil bancário, o vencimento ocorrerá no primeiro dia útil bancário subsequente.
- 7.2. O processamento do pagamento do DETRAF estará condicionado ao seguinte requisito, nos termos deste Anexo, respeitando-se o disposto na Cláusula 5.3.:
- 7.2.1. Cumprimento pela Entidade Credora do disposto na Cláusula Primeira, que trata da apresentação da NFST;
- 7.2.2. Cumprimento pelas Partes do disposto na Cláusula Sétima, sobre a "Apuração de Valores para Liquidação Financeira do DETRAF".
- 7.3. O atraso na apresentação da NFST implicará a prorrogação automática da data de vencimento do DETRAF na mesma quantidade de dias de atraso.
- 7.4. No pagamento do DETRAF não serão admitidas compensações e/ou retenções unilaterais de créditos e débitos constantes de DETRAF de diferentes meses de referências ou de outros serviços não pertinentes ao objeto deste Contrato.
- 7.5. O pagamento será realizado pela Entidade Devedora, na forma de depósito bancário em nome da Entidade Credora, a qual deverá informar o Banco, Agência e Conta Corrente, por meio de carta.
- 7.5.1. A Entidade Devedora deverá, quando solicitado, encaminhar cópia do depósito bancário, comprovando a liquidação financeira do DETRAF.
- 7.6. A falta de pagamento de valores devidos e não contestados do DETRAF será entendida como inadimplência da Parte Devedora, que ficará sujeita às sanções estabelecidas na Cláusula Décima Primeira do Contrato, independente de interpelação judicial ou extrajudicial.

- 7.7. As importâncias que vierem a ser devidas, decorrentes de multas e demais sanções, deverão ser objeto de documento de cobrança específico, salvo acordo expresso entre as Partes
- 7.8. As Partes poderão, por meio de acordo expresso, efetuar os pagamentos das remunerações devidas de cada uma delas, por meio de Encontro de Contas.

Contrato de Interconexão entre a TIM (SMP) e a OPERADORA (STFC LC)
Anexo 2

Apêndice A - Leiaute do Arquivo de DETRAF

CAMPO	POSIÇÃO		TAMANHO	CONTEÚDO
	Início	Fim		
CÓDIGO DA PRESTADOR CREDORA	1	3	3	CÓDIGO NUMÉRICO (EOT) QUE IDENTIFICA A ENTIDADE CREDORA, CONFORME CADASTRO DE PRESTADORAS, COM ZERO NA PRIMEIRA POSIÇÃO, SE MENOR QUE 100
CÓDIGO DA PRESTADORA DEVEDORA	4	6	3	CÓDIGO NUMÉRICO (EOT) QUE IDENTIFICA A ENTIDADE DEVEDORA, CONFORME CADASTRO DE PRESTADORAS, COM ZERO NA PRIMEIRA POSIÇÃO, SE MENOR QUE 100
PERÍODO DE REFERÊNCIA	7	12	6	É O MÊS E ANO DE COMPETÊNCIA DO DETRAF.
PERÍODO DE TRÁFEGO	13	18	6	PERÍODO QUE O DETRAF É DEVIDO NO FORMATO AAAAMM
PONTO DE INTERCONEXÃO	19	28	10	PREENCHER COM O NOME DO POI/PPI, CONFORME CONTRATO, ALINHANDO PELA ESQUERDA E COMPLETANDO COM BRANCOS, QUANDO NECESSÁRIO,
TIPO RELATÓRIO DEMONSTRADO 00 - POR DESCRITOR DE CDR 01 - TOTAL GERAL DO DETRAF	29	30	2	PREENCHER COM O TIPO DE RELATÓRIO:
DESCRITOR DE CDR	31	35	5	PREENCHER ESTE CAMPO COM A CLASSIFICAÇÃO DA CHAMADA CONFORME DOCUMENTO "DESCRITOR DE CDRs", JUSTIFICADO A DIREITA COM O PRIMEIRO CAMPO EM BRANCO
GRUPO HORÁRIO	36	36	1	PREENCHER COM O CÓDIGO DA BANDA HORÁRIA: N = NORMAL; R = REDUZIDA. DEVE SER UTILIZADO APENAS NO CASO DE ACORDO DE REMUNERAÇÃO DE REDES DIFERENCIADA POR BANDA HORÁRIA, ENTRE PARES DE PRESTADORAS.
QUANTIDADE DE CHAMADAS	37	48	12	TOTAL DE CHAMADAS, 12 POSIÇÕES
DURAÇÃO EM MINUTOS	49	61	13	CAMPO NUMÉRICO DE 13 POSIÇÕES, COM UMA CASA DECIMAL, PREENCHER COM O TOTAL DE MINUTOS E DÉCIMO DE MINUTO, DA DURAÇÃO DAS CHAMADAS, MMMMMMMMMMMM,D
TARIFA APLICÁVEL	62	68	7	CAMPO NUMÉRICO DE 7 POSIÇÕES, COM SEIS CASAS DECIMAIS, PREENCHER COM A TARIFA LÍQUIDA DA REMUNERAÇÃO APLICADA, X,XXXXXX
VALOR LÍQUIDO (SEM IMPOSTOS)	69	83	15	CAMPO NUMÉRICO DE 15 POSIÇÕES, COM DUAS CASAS DECIMAIS, PREENCHER COM O VALOR LÍQUIDO DA REMUNERAÇÃO, XXXXXXXXXXXX,XX
VALOR COFINS E PIS/PASEP	84	98	15	CAMPO NUMÉRICO DE 15 POSIÇÕES, COM DUAS CASAS DECIMAIS, PREENCHER COM O VALOR DO COFINS E PIS, XXXXXXXXXXXX,XX
VALOR ICMS	99	113	15	CAMPO NUMÉRICO DE 15 POSIÇÕES, COM DUAS CASAS DECIMAIS, PREENCHER COM O VALOR DO ICMS, XXXXXXXXXXXX,XX
VALOR BRUTO (COM ENCARGOS)	114	128	15	CAMPO NUMÉRICO DE 15 POSIÇÕES, COM DUAS CASAS DECIMAIS, PREENCHER COM O VALOR BRUTO, VALOR LÍQUIDO + IMPOSTOS, XXXXXXXXXXXX,XX

Este leiaute poderá ser apresentado em CSV ou arquivo fixo.

Apêndice B - Leiaute do Arquivo de Constestação															
PARTE CONTESTADORA :								PARTE CONTESTADA:							
CARTA DE CONTESTAÇÃO: (indicar referência da carta)								MODULAÇÃO HORÁRIA: ("SIM" ou "NÃO")							
CICLO DE REFERÊNCIA : (indicar mês/ano)								TIPO DE SERVIÇO:							
CICLO DE REFERÊNCIA	PERÍODO DA CHAMADA	EOT CONTESTADA	EOT CONTESTADORA	SERVIÇO	REMUNERAÇÃO	CHAMADAS PARTE CONTESTADORA	CHAMADAS PARTE CONTESTADA	DIFERENÇA CHAMADAS	MINUTOS PARTE CONTESTADORA	MINUTOS PARTE CONTESTADA	DIFERENÇA MINUTOS	% MINUTOS	VALORES PARTE CONTESTADORA	VALORES PARTE CONTESTADA	DIFERENÇA VALOR
mmm/aa	mmm/aa	Com 3 caracteres	Com 3 caracteres	Tipo de serviço	tipo de remuneração	Sem casas decimais	Sem casas decimais	H16-G16	Com 1 casa decimal	Com 1 casa decimal	K16-J16	(K16-J16)/K16	Com 2 casas decimais	Com 2 casas decimais	O16-N16

[illegible]

Contrato de Interconexão entre a TIM (SMP) e a OPERADORA (STFC LC)
Anexo 2

Apêndice D - Leiaute do Arquivo de CDR para Conciliação do DETRAF

CAMPO	POSIÇÃO		TAMANHO	CONTEÚDO
	Início	Fim		
SEQUENCIAL	1	10	10	PREENCHER COM O NÚMERO SEQUENCIAL DO REGISTRO DENTRO DO ARQUIVO
ASSINANTE A	11	31	21	NÚMERO DO ASSINANTE A, COMPOSTO POR: CÓDIGO DE ÁREA + PREFIXO DA CENTRAL + MCDU. AJUSTADO À ESQUERDA COM POSIÇÕES VAGAS À DIREITA, PREENCHIDAS COM HÍFENS.
DATA DA CHAMADA	32	39	8	DATA DE INÍCIO DA CHAMADA NO FORMATO AAAAMMDD
HORA DE ATENDIMENTO	40	45	6	HORA DE INÍCIO DA CHAMADA NO FORMATO HHMMSS
ASSINANTE B (COMPLETO COM CSP)	46	65	20	NÚMERO DO ASSINANTE DE DESTINO. NO CASO DE CHAMADAS DE AMBITO NACIONAL, É COMPOSTO DE CSP + CÓDIGO DE ÁREA + PREFIXO DA CENTRAL + MCDU. NO CASO DE CHAMADAS INTERNACIONAIS, É COMPOSTO PELO ALGARISMO 0 + CSP + CÓDIGO DO PAÍS DE DESTINO + NÚMERO DO ASSINANTE NO PAÍS DE DESTINO. AJUSTADO À ESQUERDA COM POSIÇÕES VAGAS À DIREITA PREENCHIDAS COM HÍFENS.
DURAÇÃO REAL DA CHAMADA	66	72	7	DURAÇÃO REAL DA CHAMADA EXPRESSA EM HHMMSS
PONTO DE INTERCONEXÃO	73	82	10	PREENCHER COM O CÓDIGO DO POI/PPI, CONFORME CONTRATO ENTRE AS PRESTADORAS
DESCRIPTOR DE CDR	83	87	5	PREENCHER ESTE CAMPO COM A CLASSIFICAÇÃO DA CHAMADA CONFORME DESCRIPTOR DE CDRs
DURAÇÃO CALCULADA PARA DETRAF	88	100	13	PREENCHER ESTE CAMPO COM A DURAÇÃO CALCULADA PARA REMUNERAÇÃO DA CHAMADA, EM MINUTOS, COM 1 CASA DECIMAL SEM SEPARADOR.
CATEGORIA DO ASSINANTE A (NÃO MANDATÓRIO)	101	102	2	PREENCHER COM O CÓDIGO DE CATEGORIA DO ASSINANTE A, ORIGINADOR DA CHAMADA
FDS (NÃO MANDATÓRIO)	103	104	2	CONDIÇÃO DO ASSINANTE CHAMADO PARA CHAMADAS COMPLETADAS. PODE ASSUMIR OS SEGUINTE VALORES: 01 LINHA DE ASSINANTE LIVRE COM TARIFAÇÃO 05 LINHA DE ASSINANTE LIVRE SEM TARIFAÇÃO 06 LINHA DE ASSINANTE LIVRE COM TARIFAÇÃO, DESCONEXÃO DUPLA 07 CHAMADAS INTERCEPTADAS (MUDANÇA DE NÚMERO)
CAUSA DE SAÍDA (NÃO MANDATÓRIO)	105	105	1	CAUSA DE SAÍDA DA CHAMADA NO BILHETADOR. PODE ASSUMIR OS SEGUINTE VALORES: 0 e 4 CHAMADA NÃO FATIADA 1 e 5 SAÍDA PARCIAL DA CHAMADA 2 e 6 ÚLTIMA SAÍDA PARCIAL DA CHAMADA
CONTADOR DE SAÍDAS PARCIAIS (NÃO MANDATÓRIO)	106	107	2	NÚMERO DA FATIA DA CHAMADA
IDENTIFICAÇÃO DE ORIGEM (NÃO MANDATÓRIO - APLICÁVEL AO RELACIONAMENTO MÓVEL-MÓVEL)	108	114	7	ESTE CAMPO DEVE SER PREENCHIDO COM O CÓDIGO DA CENTRAL LOCAL FIXO OU MÓVEL (CÓDIGO DE ÁREA + PREFIXO + M) DA LOCALIDADE EM QUE A ERB DE ORIGEM ESTÁ INSTALADA, AJUSTADO À ESQUERDA, COM BRANCOS À DIREITA. PARA ORIGEM FIXO ESTE CAMPO DEVE SER PREENCHIDO COM HIFENS.
VALOR DA REMUNERAÇÃO DE REDE (NÃO MANDATÓRIO)	115	129	15	PREENCHER ESTE CAMPO COM O VALOR LÍQUIDO DA REMUNERAÇÃO DE REDE CALCULADA COM 5 CASAS DECIMAIS

Apêndice E - Leiaute da Tabela de Correlação dos Pontos de Interconexão			
TIM		OPERADORA	
DETRAF	ROTA	DETRAF	ROTA